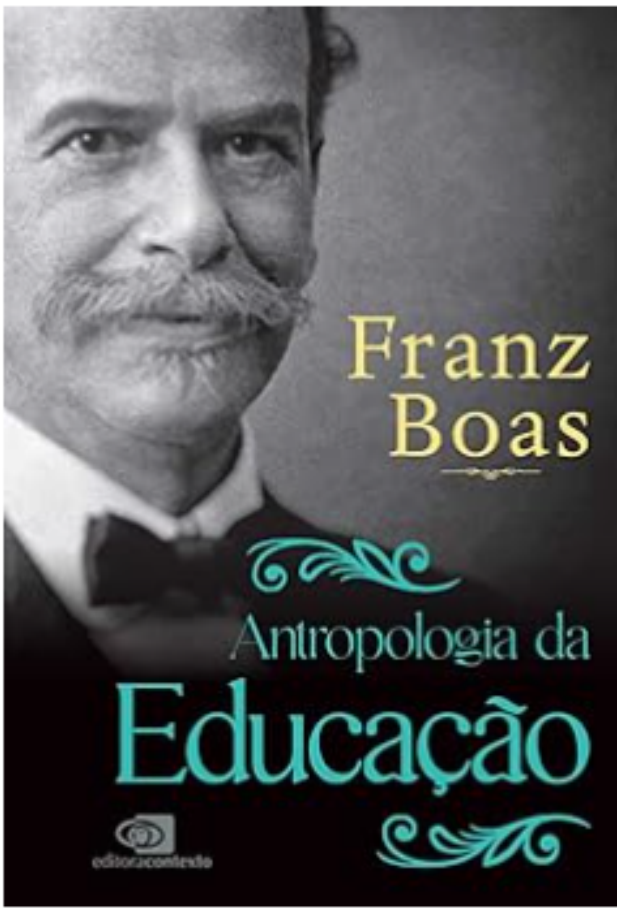
Cultura e liberdade no pensamento de Franz Boas: por uma Antropologia da Educação

Ozaias da Silva Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso | Cuiabá, MT, Brasil
ozaias.rodrigues@ufmt.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe228065



Antropologia da Educação. 2022. Franz Boas (1858-1942). Tradução: José Carlos Pereira. São Paulo: Contexto, 128 p.

Se Émile Durkheim é o precursor da Sociologia da educação, Boas é o precursor da Antropologia da educação. Assim, o livro resenhado, com um compilado de artigos de Franz Uri Boas, chega em boa hora em língua portuguesa. O diagnóstico feito por Neusa Maria de Gusmão (2009; 2015) sobre a Antropologia da educação no Brasil é de que essa ainda é um campo da nossa área que precisa se desenvolver mais, ser mais robusto. A tradução recente desse compilado de textos de Franz Boas, por José Carlos Pereira, contribui bastante para que esse campo se fortaleça, tanto institucionalmente quanto

teoricamente. Uma Antropologia da educação não é uma antropologia apenas sobre educação, pois como bem nos mostrou Margaret Mead (1971), entender a educação enquanto processo civilizatório nos ajudar a pensar qualquer coisa sobre qualquer sociedade, sobretudo as questões de gênero, da infância e de sexualidade. Pode-se estudar tudo a partir de uma antropologia da educação, afinal, a educação permeia tudo enquanto prática social.

Na Apresentação, o tradutor sugere algo presente na literatura sobre Antropologia da educação no Brasil: quando falamos nisso estamos assumindo um olhar antropológico sobre o fenômeno social da educação, em seus diferentes níveis e formas. Se tomamos a contribuição de Carlos Rodrigues Brandão para esse debate, em O que é educação (1985), aprendemos que a educação é um fenômeno social difuso, portanto, está em todo o canto, se faz em todo tempo e em todas as sociedades humanas, embora de formas distintas. O tradutor aponta que a ideia de liberdade é cardeal para entendermos o pensamento que Boas formulou sobre a educação de seu tempo e de sua realidade, sobretudo para "compreender os processos educacionais e suas instituições" (Boas, 2022: 7).

Ao defender que "não há nenhuma diferença fundamental na maneira de pensar do ser humano primitivo e do civilizado", Boas coloca ambos em pé de igualdade quanto à capacidade de raciocínio lógico e de cognição, negando, inclusive, qualquer limitação do tipo pela raça a que pertencem. A capacidade de aprendizagem e de ensino é universal enquanto possibilidade, afinal, aprender é humano, ensinar também. É isso que chamamos de cultura e que delimita a forma como a pessoa é educada em seu meio social. Ao longo dos artigos que compõem o livro vemos Boas desempenhando as funções de intelectual público, de educador e de pesquisador, dialogando diretamente com o tempo e o contexto no qual vivia. Como a maioria dos artigos foi escrita no século passado, sobretudo como resposta ou reflexão sobre o contexto social no qual boas estava inserido, é preciso ter em mente os anos de publicação de cada artigo. A título de contextualização cronológica, os artigos reunidos do livro vão de 1899 a 1962.

Temos A atitude mental das classes instruídas, como primeiro capítulo do livro e logo de cara, Boas faz uma descrição comparativa a fim de explicar ao público leitor o seu argumento. Ele cita os esquimós, os povos indígenas da Sibéria e da Columbia Britânica para exemplificar as crenças sociais de cada um desses povos. Crença também se ensina, até mesmo o ser homem e mulher como podemos ver no seguinte trecho: "O menino esquimó aprende a manejar a faca, a usar arco e flecha, a caçar, a construir uma casa; a menina aprende a costurar e consertar roupas e cozinhar" (Boas, 2022: 20). Longe de lermos essa descrição sob o indicativo de uma ordem social patriarcal, é preciso que se entenda essas definições de gênero/sexo dentro do contexto de cada cultura. O relativismo metodológico boasiano nos ensina isso.

Nesse artigo, Boas faz uma crítica contundente às classes instruídas por seu caráter conservador e de apego às tradições. Ele aponta as massas, as classes trabalhadoras, como aquelas que são menos apegadas às tradições, portanto, têm mais liberdade de pensamento e de ação do que as classes instruídas (intelectuais). É claro que ele faz isso pensando o seu contexto e o seu tempo, sendo o que artigo original foi publicado em 1918 e

republicado em 1945. Ele critica a miopia social dos intelectuais e afirma que suas opiniões, sobre determinadas questões, não devem ser vistas como superiores às opiniões das massas, como se o lugar de privilégio (de instrução) desses intelectuais fosse o suficiente para elaborar opiniões realistas sobre algo. Ele arremata afirmando: "[...] não é surpreendente que as massas populares trabalhadoras – cujo apego ao passado é relativamente pequeno – respondam mais rápida e energicamente às demandas urgentes do momento do que as classes instruídas" (Boas, 2022: 26).

Depois temos Avanços nos métodos de ensino no qual Boas comenta, brevemente, sobre a inserção da Antropologia enquanto disciplina universitária e define seus ramos principais como sendo a Antropologia física, a Linguística e Etnologia, afirmando que a mesma veio para ocupar um lugar vago entre as ciências, a partir da conjugação dessas três vertentes. Nesse pequeno artigo publicado em 1899, nosso autor nos ajuda a entender as transformações no campo antropológico e afirma a vocação interdisciplinar da Antropologia, dialogando com a Linguística, a Psicologia, a Zoologia, a Sociologia, a Arqueologia e a Biologia. À época da escrita desse artigo a Antropologia para Boas estava mais próxima das Ciências Naturais, sendo a Antropologia física um exemplo disso. O que ele chama de método indutivo era uma característica que irmanava a Antropologia às outras ciências, chegando inclusive a colocá-la no campo das ciências biológicas (Boas, 2022: 32). Nossa ciência teria para ele um papel importante na ampliação e fortalecimento do pensamento científico, sempre dialogando com outras ciências.

Em seguida, em Liberdade intelectual Franz Boas se insurge contra a intolerância social que pairava sobre a sociedade estadunidense de sua época. O artigo em apreço foi uma palestra proferida por nosso autor judeu-alemão dentro de um contexto de forte perseguição ao comunismo e a qualquer doutrina sócio-política que se opusesse ao capitalismo-liberal. Boas não ficou calado e bradou contra a censura de pensamento, reivindicando a liberdade intelectual e de expressão. Como ele mesmo escreve: "Uma maioria intolerante pode ser tão perigosa para a liberdade de pensamento quanto a mão pesada de um ditador. Por essa razão, exigimos a máxima liberdade de expressão" (Boas, 2022: 38). Ele defendeu a liberdade científica, de pesquisa e de ensino, invocando a Constituição e os princípios democráticos. Assim, a ciência para Boas tinha um peso político óbvio e de influência social que estava sendo sufocado pelo cenário de perseguição política da década de 1930.

Liberdade de pensamento é a outra reflexão que Boas faz ainda lembrando o contexto sócio-político do artigo anterior. Ele afirma que o cientista deve se posicionar quanto às questões de seu tempo, sobretudo quando a liberdade de pensar está em risco, pois o que acontece fora das instituições de ensino as atinge de forma direta, para o bem ou para o mal. Nesse artigo vemos um Boas que tenta, a todo tempo, se desvencilhar dos grilhões de um passado obscurantista e dogmático que faz frente à liberdade intelectual. Esse artigo escrito em 1917, um ano antes do fim da Primeira Guerra Mundial, serve também como uma crítica contundente ao que hoje em dia chamamos de xenofobia. Boas, a partir da Antropologia, desautoriza qualquer tipo de preconceito contra estrangeiros, sobretudo quando pautado em ideias nacionalistas inconscientes e irracionais. De uma forma particular, nosso autor antecipa as discussões sobre Direitos Humanos que

caracterizaram os meados do século XX, como vimos a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945) e a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Em tempos de guerra, Boas escreveu que considerava "a ética nacional como de valor inferior quando comparada à ética humana" (Boas, 2022: 47). Com isto ele relativizou as paixões nacionalistas naquele contexto sócio-político, tirando-as do altar do etnocentrismo cego e preconceituoso. Boas estava à frente de seu tempo.

Como parte da discussão já traçada fala-se também na Liberdade acadêmica e ele começa o artigo apontando a hipocrisia dos puritanos: minoria religiosa perseguida que quando obteve poder passou a oprimir outras minorias. Nesse artigo Boas retoma um dos valores políticos mais caros à sociedade estadunidense: a liberdade, sobretudo a individual, enquanto princípio fundamental da cidadania. É aí que ele fala da liberdade acadêmica, apesar de pressões externas à função do professor e do cientista. Escrito em 1941, o artigo defende que: "O professor não deve ser apenas um instrutor que transmite o conhecimento dos fatos. Ele deve ser também um educador de personalidades" (Boas, 2022: 51). Ele rechaça qualquer censura por motivos de religião, ideologia política ou de raça, pois o professor é, antes de tudo, um cidadão como qualquer outro, portanto, deve gozar de liberdade intelectual em seu ofício.

Depois tem-se Liberdade para a escola onde Boas afirma que "os sistemas de educação refletem correntes culturais, não as criam; [...] Por essa razão, a escola é mais frequentemente uma agência conservadora que cristaliza e enfatiza as correntes culturais do que uma criadora de novas ideias" (Boas, 2022: 53). Não obstante, Boas advoga por uma educação formal que liberte os jovens de dogmas sociais e que os ensine a pensar de forma independente. Em sua argumentação, nosso autor enfatiza uma oposição entre razão e emoção, sendo que a educação deve ser orientada pela primeira e controlar a segunda. Mais uma vez Boas estava fazendo uma crítica contundente às instituições e valores políticos de seu tempo, a fim de clamar por liberdade de pensamento num contexto de guerras e de ódios nacionalistas. A educação para ele deve ensinar os jovens a desnaturalizar aquilo que a tradição cultural costuma naturalizar, sendo que isso só pode ser feito estando resguardada a liberdade intelectual dos professores.

Liberdade no ensino coroa as reflexões de Boas sobre a defesa da liberdade intelectual nas instituições educacionais, como as escolas e universidades. O artigo original é de 1939, sendo que o mundo ocidental estava em polvorosa e isso se reflete no texto de Boas: "nossas mentes devem permanecer livres, simplesmente pela razão de que são necessárias mentes livres para a solução de nossos problemas" (Boas, 2022: 58). Nesse artigo, Boas defendeu uma democracia esclarecida, combateu os ódios políticos de seu tempo e sugeriu que a educação deveria estar a serviço dessas duas coisas. O autor desaprova veementemente a administração educacional de então, que ele identificou como autoritária e controladora. No meio do fogo cruzado estavam os professores, os mais atingidos por essa administração coerciva dentro de escolas e universidades. O professor que falava dos problemas sociais em sala de aula, estava inseguro e era um alvo fácil de represálias políticas e administrativas. Mesmo assim, Boas se posiciona da seguinte maneira: "Insistiremos sempre no direito de educar nossa juventude para uma

compreensão clara dos problemas de nosso tempo, e, para isso, exigimos a mais completa liberdade para o professor" (Boas, 2022: 62).

Em seguida temos A universidade: liberdade para ensinar. Nesse artigo, nosso autor começa por falar da liberdade acadêmica, apontando a ameaça que uma administração reacionária pode representar a professores e alunos. O artigo é de 1919 e Boas faz uma análise acurada dos imbróglios da administração das instituições de ensino de então: a forma como as universidades e faculdades admitiam professores em seus quadros docentes e como os programas universitários e os currículos escolares eram rígidos e impediam o progresso do livre pensamento e da ciência. Ele finaliza suas considerações falando da necessidade da formação superior não se submeter às demandas do mercado de trabalho, a ponto dessas demandas minimizarem a importância de uma boa formação teórica e metodológica.

Há três artigos no livro que são intitulados Educação (I), Educação (II) e Educação (III). O Educação (I) é o maior dos três e traz, inicialmente, considerações que sempre são retomadas quando se fala em Sociologia ou Antropologia da educação: as formas como adultos e crianças aprendem, bem como se aprende a ser homem e a ser mulher. Os resultados das investigações antropológicas sobre o assunto dão conta de que crianças de dada faixa etária agem de um determinado modo, enquanto crianças de outras faixas se comportam de outro modo, de forma a se

> [...] determinar o que pode ser esperado de crianças de diferentes idades, e esse conhecimento é de considerável valor para a regulação dos métodos educacionais. Desse ponto de vista, Maria Montessori desenvolveu uma Antropologia pedagógica e muitos educadores se ocupam de pesquisas sobre a forma e a função do corpo durante a infância e a adolescência, na esperança de desenvolver padrões pelos quais possamos regular nossas demandas sobre os desempenhos fisiológicos e mentais da criança. [...] e prever o curso de seu desenvolvimento (Boas, 2022: 69-70).

Esse desenvolvimento, no entanto, varia de acordo com a hereditariedade e com o contexto social no qual a criança se desenvolve, como o acesso a alimentação e as condições sanitárias, que podem favorecer ou desfavorecer um desenvolvimento saudável. Nesse artigo, Boas articula Antropologia da educação com Antropologia física, pois parte de questões em torno do desenvolvimento físico, mental e fisiológico infanto-juvenil para pensar propostas educativas. Nosso autor se detém em dados sobre o crescimento dos dentes decíduos em crianças, sobre a diferença de altura e peso entre meninas e meninos, sobre diferentes idades fisiológicas, sobre o tamanho da cabeça de homens e mulheres, desnutrição, no desenvolvimento desigual de crianças e adolescentes de classes sociais distintas, maturação sexual de meninos e meninas, entre outras coisas.

Em síntese, a criança e o adolescente são o foco de sua narrativa, ao mesmo tempo em que ele sempre retoma a primeira infância para fazer suas considerações, tomando-a como um período importante para entendermos o desenvolvimento humano. Nesse

intuito Boas fala da importância das medições corporais (antropometria), a fim de estabelecer padrões etários, cognitivos e fisiológicos do desenvolvimento infanto-juvenil. A discussão que Boas traz nesse artigo demonstra, por inúmeras formas, como esses estudos auxiliam na melhor distribuição das crianças e adolescentes dentro das séries da educação básica. É partir disso que ele delineia uma proposta de uma Antropologia da criança. É preciso que façamos pesquisas antropológicas com crianças e adolescentes, pois seu crescimento diz muito sobre nossa sociedade, sobre a classe a que pertencem, sobre desigualdades raciais e sobre demandas que precisam ser atendidas dentro da educação básica.

Mais à frente, Boas retoma a educação enquanto ferramenta de formatação das mentes de crianças e jovens e se utiliza do binômio 'razão-emoção' para indicar os efeitos de uma educação dogmática ou libertadora. O que chamamos de endoculturação é demonstrado por ele em variados exemplos e ele assevera que:

> Os métodos de educação escolhidos dependem de nossos ideais. O Estado imperialista que luta pelo poder e pela ação de massa quer cidadãos que sejam um em pensamento, um em ser influenciados pelos mesmos símbolos. A democracia exige a liberdade individual dos grilhões dos símbolos sociais. Nossas escolas públicas dificilmente estão conscientes do conflito dessas ideias (Boas, 2022: 86).

É interessante apontar que Boas nunca perde de vista o Estado, as desigualdades sociais e a política em suas análises. Além disso, ao articular Antropologia da educação com Antropologia física, Boas faz a seu modo uma discussão sobre natureza e cultura e os vários exemplos que narra provam isso. Depois ele retoma a adolescência e cita as pesquisas de Margaret Mead em Samoa, trata dos conflitos geracionais e indica que estudar a realidade alheia nos ajuda a sair do etnocentrismo cultural no qual fomos educados. Boas também defende um certo humanismo, ao criticar os nacionalismos exacerbados, condena o uso conservador da tradição pelos intelectuais estadunidenses e aponta o vanguardismo das massas que respondem "mais rápida e energicamente às demandas urgentes do momento" (Boas, 2022: 95).

Em Educação (II) Franz volta a defender uma educação democrática e que prepare os jovens para serem cidadãos críticos. Sua concepção de educação traz ideias presentes, por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n° 9.394/1996), como podemos ver no seguinte trecho: "O próprio fundamento de uma educação democrática é a exigência de que toda criança deve ter a oportunidade de desenvolver o mais plenamente possível os poderes que lhe são conferidos pela natureza" (Boas, 2022: 97-98). Boas deixa entrever que defendia um Estado de bem-estar social para os cidadãos estadunidenses e na esteira disso, propõe um olhar integral sobre a educação, pois sem uma alimentação suficiente e saudável, não é possível educar, sem acesso à saúde básica não é possível formar cidadãos, entre outros aspectos.

Já em Educação (III), Boas disserta sobre as desigualdades sociais, sobretudo aquelas de classe, defende a educação como sendo um direito dos cidadãos e a necessidade

de investimento do Estado nessa área, a fim de reduzir as desigualdades no acesso à educação, incluindo aí a oferta de alimentação escolar, livros didáticos e uniformes para que as crianças sejam amparadas em seus processos de aprendizagem. Nesse sentido, Franz advoga pela "igualdade de oportunidades educacionais como a base de uma democracia" (Boas, 2022: 103), não deixando de fora a proposta das escolas terem turmas reduzidas, professores qualificados e valorizados, devidamente, em sua remuneração, como aspectos cardeais para uma educação igualitária.

Por fim, após esses três artigos, o tema da universidade é retomado em Universidade pública, artigo de 1918 no qual o autor discorre sobre questões particulares da administração do ensino superior da época, condenando demissões arbitrárias de pesquisadores e professores e clamando por uma "organização nacional do trabalho científico" (Boas, 2022: 113), visto que as universidades e institutos eram isolados, institucionalmente falando, e não tinham preocupações com um desenvolvimento coletivo da ciência e das artes. Por fim, em O papel do cientista na sociedade democrática, ele retoma temas do artigo anterior e arremata a discussão insistindo na necessidade dos cientistas e professores terem senso crítico quanto à sociedade na qual vivem, para que não caiam nas redes dos preconceitos sociais e nem nas falácias dos demagogos.

Tendo tudo isso em mente e a partir da obra de Margareth Mead, Macho e fêmea (1971), é possível pensarmos uma educação do corpo, ou a educação como algo inerente a qualquer sociedade. A seu modo, Mead fez uma antropologia da educação, mas do corpo e do gênero, pois na medida em que o corpo passa por um processo civilizatório (de educação moral), ele passa também por um processo de generificação, no qual se aprende a ser homem ou mulher (educação corporal binária), que começa, de forma inconsciente, no nascimento e amamentação dos bebês, consolidando a base dessa educação na primeira infância. Já Franz Boas fez uma antropologia da educação, pensando-a enquanto prática de ensino e de aprendizado cognitivo.

Se trouxermos Émile Durkheim para esse debate, com sua Sociologia da educação, percebemos o avanço que a proposta de Boas, de uma Antropologia da educação, representou para aquele começo de século XX. Durkheim acreditava numa visão adultocêntrica da educação, naturalizando a mesma como uma relação unilateral entre gerações e faixas etárias distintas. Para ele, educação é tudo aquilo que os adultos ensinam às crianças e adolescentes. Se pensamos em Margareth Mead (1971) novamente, vemos que em sua obra há uma relativização da perspectiva adulta quanto à educação, portanto, é preciso entender o olhar da criança e do adolescente quanto ao que aprendem e como aprendem. Discutir uma Antropologia da educação pelo viés adulto é contar metade da história da humanidade.

Finalmente, é preciso enfatizar que tudo, absolutamente tudo é educação. Quando olhamos para as diversas sociedades humanas com um olhar antropológico entendemos o quanto o ditado 'ninguém nasce sabendo' é verdadeiro. Para saber algo é preciso aprender, é preciso ver, fazer, ouvir ou ser instruído. Se a cultura é o que nos distingue dos outros animais, isso implica em dizer que é precisamente o caráter pedagógico das culturas que nos permite dizer e concretizar isso. A definição que Durkheim (2020) faz de sociedade também vai nesse sentido, e assim, educação e cultura são duas faces da mesma moeda.

Referências

Abramovay, Ricardo. 1998. *O que é fome*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

Boas, Franz. 2022. *Antropologia da Educação.* Tradução: José Carlos Pereira. São Paulo: Contexto.

Brandão, Carlos Rodrigues. 1985. *O que é educação*. 16º edição. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

Durkheim, Émile. 1967. *Educação e Sociologia*. 7° edição. Tradução: Lourenço Filho. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Durkheim, Émile. 2020. "Uma definição de sociedade". In: *A Sociologia e as Ciências Sociais.* Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Durkheim, Émile. 2020. "Pedagogia e Sociologia". In: *A Sociologia e as Ciências Sociais.* Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de. 2009. "Entrelugares: Antropologia e Educação no Brasil". *Revista Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 29-46, jan./abr.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de. 2015. "Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos". *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 21, n. 44, p. 19-37, jan./abr. DOI: https://doi.org/10.26512/lc.v21i44.4463.

Mead, Margareth. 1971. *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação.* Tradução: Margarida Maria Moura. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

sobre o autor

Ozaias da Silva Rodrigues
Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Professor substituto no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-doutorando e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Autoria: O autor é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: sem financiamento.

Recebido em 18/08/2024.
Aprovado para publicação em 02/09/2025.